

## A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN: A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA APRENDIZAGEM

Erivan Alves dos Santos <sup>1</sup>  
Izaura Maria de Andrade da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas com os alunos com Síndrome de Down (SD). A referente pesquisa foi realizada em quatro escolas da zona rural da rede municipal de ensino de Goiana /PE. Adotou-se nessa investigação a Pesquisa-Ação, de método indutivo com abordagem qualitativa. Usou-se como metodologia a observação participante em sala, entrevista com os professores do 1º ano ao 5º do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas. Deu-se orientação para uma reorganização da sala de aula e sobre práticas pedagógicas inclusivas aos professores pesquisados. Organizou-se um caderno de atividades pedagógicas para a alfabetização desses alunos em português e matemática com apoio dos professores das turmas. Deu-se orientação sobre adequação curricular. Os resultados obtidos mostraram a necessidade de: formação continuada específica para professores do ensino regular que os capacitem para o trabalho com alunos com deficiência, a importância da adequação curricular e pedagógica para inclusão dos alunos com deficiência. Diante das análises, percebeu-se que é preciso qualificar os professores do ensino regular para incluir esses alunos no ambiente escolar, capacitando esses mediadores da aprendizagem, para realizar as adequações necessárias para incluir os sujeitos da aprendizagem em todos os contextos educacionais aos quais estão inseridos. Esse é um dos pontos chave do resultado dessa pesquisa.

**Palavras chave:** Aluno com Síndrome de Down, Aprendizagem, Adequação Curricular, Formação do Professor do Ensino Regular.

### INTRODUÇÃO

É ultrapassada a ideia de acharmos que uma sala de aula é homogênea, mesmo sendo uma turma seriada. Através de observações superficiais, iremos perceber as diferenças entre esses alunos, principalmente a condição cognitiva no processo de ensino e aprendizagem, e assim, notamos o quanto a turma é heterogênea.

A escola talvez seja o único espaço contemplado com as diversas diferenças existentes na sociedade, diferenças que vão da econômica à cognitiva, variando de indivíduo para indivíduo, que convivem no mesmo espaço e tempo. Ela é responsável pelo estímulo do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, com particularidades

---

<sup>1</sup> Graduado pelo Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, erivanalves61@hotmail.com;

<sup>2</sup> Doutora em Educação vinculada ao Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, izamarasi@gmail.com

cognitivas únicas. Cabe a mesma dar a assistências necessária para favorecer o desenvolvimento de cada um. Ressaltando que cada sujeito aprende do seu jeito e no seu tempo. Isso significa que a escola deve ficar atenta a esses fatores para atender às necessidades existentes em cada aluno.

É importante o professor perceber a necessidade de diversificar, quando necessário, as estratégias pedagógicas, recursos, tempo pedagógico, avaliação ou objetivo se for o caso, isso quando estamos nos referindo, a alunos com dificuldade de aprendizagem temporária ou bloqueio. Mas, quando nos referimos aos alunos com Deficiência intelectual, em particular Síndrome de Down, a diversificação no trabalho pedagógico pode ir além do citado acima, porque a maioria das pessoas com SD têm limitações significativas no funcionamento intelectual

A pesquisa foi motivada por uma experiência em sala de aula com uma aluna com Síndrome de Down. O intuito de favorecer a educação dessa aluna, nos motivou a buscar estratégias pedagógica que favorecesse sua aprendizagem. Nessa busca muitas coisas deram certo e outras não, sem uma formação específica, que nos desse uma base sólida para o trabalho com esses sujeitos, passamos a direcionar o olhar além das limitações, buscando entender humanamente e profissionalmente como daríamos a assistência pedagógica necessária a essa aluna.

Os objetivos da pesquisa são: Analisar as práticas educativas inclusivas que são desenvolvidas com alunos com síndrome de Down em escola no município de Goiana/PE; Identificar e entender as fragilidades dos professores em lidar com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome de Down; Orientar a organização da sala de aula para facilitar a vida escolar dos alunos com Síndrome de Down nas escolas participantes; Organizar um caderno de atividade para favorecer a alfabetização e o letramento na área de português e matemática dos alunos com Síndrome de Down

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada em Escolas do Campo (rurais) da cidade de Goiana – PE; que oferecem o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; tendo como sujeitos de pesquisa alunos com SD e os professores que atuam do 1º ao 5º ano e que tenham alunos com SD. A pesquisa foi realizada apenas em quatro escolas por não conseguirmos localizar, todas que tinham alunos com SD. Foi adotado nesta investigação a Pesquisa – Ação, como método indutivo com abordagem qualitativa, com o intuito de intervir na realidade, para contribuir com os sujeitos da pesquisa. Na perspectiva de favorecer o contexto pesquisado e ser favorecido por esse

contexto, na aquisição de conhecimentos e reflexão sobre a realidade. Esse tipo de pesquisa é definido por Thiollent:

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (1985, p. 14, apud GIL, 2008, p.55).

O método utilizado foi a observação participante em sala de aula, entrevista com os quatro professores do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas, que tinham alunos com SD para compreender as práticas inclusivas direcionadas a esses alunos.

## **DESENVOLVIMENTO**

Para contextualizar o sujeito da pesquisa no trabalho, faremos um simples comentário sobre a Síndrome de Down. A SD pode ocorrer em qualquer pessoa, não há acepções de qualquer classe social, cultural e gênero para que ela ocorra. Os estudiosos em educação buscam entender como se dão o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, para criar métodos pedagógicos que ajude a desenvolver práticas inclusivas que favoreçam a aprendizagem desses sujeitos.

A parte mais afetada do sujeito, é o desenvolvimento cognitivo. Mas, há outras partes do desenvolvimento que são afetadas, surgindo também algumas doenças cardíaca, respiratória etc. É uma alteração permanente que ocorre em um dos cromossomos que compõem a estrutura do DNA, os cromossomos são responsáveis pela definição de características físicas específicas de cada indivíduo, definindo a genética desse sujeito. Os cromossomos se encontram no núcleo de cada célula que compõem o ser vivo, as células são compostas por 46 cromossomos, divididos em 23 pares, a alteração ocorre no par 21, que ao invés de ter só dois pares de cromossomos, tem 3. É denominada de Trissomia 21, mas além desse tipo de alteração genética que dá origem a SD, há mais duas, a Translocação Cromossômica e o Mosaicismo Cromossômico.

Quando se pensou, inicialmente, em oferecer serviços públicos voltado para educação da pessoa com Deficiência intelectual (DI), esses atendimentos não eram nas salas comuns do ensino regular e não seguiam a estrutura e procedimentos pedagógicos comuns à escolarização da população sem deficiências. Esse atendimento educacional ocorria em uma sala voltada especificamente para DI denominados educáveis. Esse procedimento excludente,

acontecia mesmo com a propagação dos princípios de integração, adotados na época. De acordo com Oliveira (2008):

Historicamente, o atendimento pedagógico e escolar daqueles com deficiência intelectual vinha sendo desenvolvendo apartado da escola regular e dos processos educacionais comuns. Mesmos diante dos princípios de integração, a partir do qual estes passaram a ser inseridos na escola, tal inserção ocorre através das classes especiais, as quais eram destinadas exclusivamente aos alunos com deficiência intelectual que exigiam níveis limitados de apoio. (OLIVEIRA, 2008, p.133).

Mesmo diante de algumas alterações legais na época, no que se refere a educação das pessoas com DI, na perspectiva de integrar esses sujeitos no ensino regular, poucas coisas mudaram em benefícios à educação dessas pessoas, pois mesmo com propostas politicamente discutidas e legalmente propagadas, a sociedade resistia e ainda resiste, nos dias atuais, em aceitar as pessoas com DI no ensino regular, compartilhando o mesmo espaço e o mesmo direito de se instruir como as pessoas sem DI.

As instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, ainda resistem em aceitar a pessoa com DI para não fazer as alterações necessárias afim de receber esse novo aluno, sendo condicionadas a realizarem mudanças estruturantes em seu espaço físico, na sua proposta pedagógica, na preparação de pessoal etc. Essa não aceitação, é mascarada com desculpas que tenta convencer os leigos em conhecimento de direito da pessoa com deficiência. Essas instituições preconceituosas não acreditam nas possibilidades de desenvolvimento cognitivos desses sujeitos, ou seja, não creem que eles possam conseguir aprender os conhecimentos construídos e propagados pela humanidade. Oliveira (2008) afirma que:

É justo também mencionar que, aliado aos aspectos de concepção da deficiência, o sistema e ensino, apesar das proposições legais de flexibilidade curricular, não se propunha alterar suas propostas curriculares ou metodológicas, para possibilitar a aprendizagem desses alunos, em contextos regulares de ensino, dificultando ainda mais sua inserção no sistema regular (OLIVEIRA, 2008, p.132).

As práticas pedagógicas e os recursos utilizados para favorecer o processo de ensino e aprendizagem desses alunos devem ser atrativas, com o foco em recursos concretos, para dar significação a aprendizagem, facilitando a assimilação do conhecimento. No entanto, é preciso que os recursos e as estratégias utilizadas sejam adequados a zona proximal de desenvolvimento do sujeito, com o intuito de suprir suas necessidades de aprendizagem e ensino.

Mas o que é aprendizagem? O que é ensino? Esses dois processos são interligados, mas há algumas diferenças entre eles que precisam ser expostas, para que possamos entender melhor os avanços no desenvolvimento geral dos alunos com SD.

A aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar e de qualquer forma, não está restrita apenas ao espaço escolar e aos conteúdos ensinados neste espaço. Esse processo vai muito mais além, porque é algo natural do ser humano, isso ocorre sem uma sistematização do conhecimento que vai se aprender, planejamento, limitação de tempo, espaço adequado, métodos e técnicas que se refere à instrução escolar etc. Oliveira (1993, p. 57, apud OGASAWARA, 2009,p.24), define a aprendizagem sendo “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas”. De acordo com Freitas (2016):

Aprender é o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples onde a criança aprende a manipular os brinquedos, aprende a fazer contas, lidar com as coisas, nadar, andar de bicicleta etc., até processos mais complexos onde uma pessoa aprende a escolher uma profissão, lidar com as outras (FREITAS, 2016, p.1-2).

O ensino é um processo organizado de forma sistemática, planejada, técnica e metodológica, com o objetivo de instruir o outro através da transmissão de conhecimentos (conteúdo), em tempo determinado, ocorrendo em locais específicos, um desses é a escola. Esse processo direciona, instiga, impulsiona e estimular, o aluno a se desenvolver de forma sistemática. Freitas (2016) diz:

Ensinar é a atividade que tem por finalidade que o outro obtenha o conhecimento. Para que se tenha um ensino de forma que realmente agregue valor é preciso que o professor como sendo um transmissor de conhecimentos se utilize de métodos e técnicas adequadas que tenham base não apenas no contexto geral como o local, assim a necessidade básica do aluno será encarada como uma ponte para o ensino e não como um obstáculo (FREITAS, 2016, p.2).

De acordo com Palhares e Martins (2002, *apud*, RODRIGUES, 2015, p. 59), as pessoas com SD “apresenta dificuldades relativas à atenção, à memória, ao processamento de informações, à linguagem e a transferência e generalização da aprendizagem”. É por causa dessas barreiras que essas pessoas demoram mais que as outras pessoas para assimilar os conhecimentos, principalmente em seu processo de aprendizagem de leitura e escrita. É também por esse motivo, que é importante as pessoas com SD ingressarem na escola na idade certa, para que sejam estimuladas e assistidas em suas aprendizagens da linguagem oral e da escrita desde a educação infantil.

Os professores se sentem muitas vezes impotentes, por não conseguirem alfabetizar uma criança com SD, e acabam dando credibilidade à ideia de que essas crianças são incapazes de ler e escrever, mas as dificuldades que impedem essas pessoas de serem alfabetizadas podem ser supridas, desde que elas recebam estímulos do meio ao qual estão inseridas desde criança até a vida adulta, para desenvolver tais habilidades, porém esses estímulos devem ser adequados ao : contexto do sujeito, método, recursos, tempo etc. Sempre que for necessário, devemos adequar os diversos elementos que possam favorecer a aprendizagem e ensino dessas pessoas, uma educação adequada e de qualidade favorece a aprendizagem. Lembrando que não estamos nos referindo só a aprendizagem de conhecimentos escolares transmitidos através dos conteúdos, mas de todo e qualquer conhecimento que favoreça a autonomia plena da pessoa com SD, é preciso considerar todo avanço no desenvolvimento da aprendizagem e ensino desse sujeito, do mais simples aos complexos.

Toda barreira para inclusão e desenvolvimento de qualquer pessoa com deficiência, precisa passar por um processo de adequação para que essa pessoa seja incluída e se desenvolva. Como estamos discutindo a educação e a aprendizagem da pessoa com SD, é preciso que os elementos que impedem essa pessoa de ter acesso à educação e de desenvolver seu processo cognitivo, passem por um processo de adequação sempre que for necessário, para favorecer uma educação de qualidade.

Sabemos que há uma dificuldade de desenvolver um trabalho pedagógico significativo para desenvolvimento dos alunos com DI, essas fragilidades ocorrem por vários fatores, que vão do preconceito direcionada à capacidade cognitiva desses alunos e principalmente por falta de uma formação continuada direcionada aos professores que lecionam a alunos com DI. Mesmo com essas barreiras é preciso que a família, a escola, e o professor saibam que esses alunos não vão para escolas para ocupar espaços ou para ser mais um número nos documentos escolares. Conforme Oliveira (2007):

[...] esses alunos não vão para escola para “tratarem” das suas deficiências, eles vão para escola para aprenderem e desenvolverem ao máximo suas potencialidades, como qualquer aluno. Então, o que precisamos é encontrar respostas educacionais que lhes possibilitem a aprendizagem (OLIVEIRA,2007, p.98 apud OLIVEIRA, 2008, p. 135).

É conveniente que a escola reformule seu pensamento sobre a educação desses alunos. Para que isso aconteça, temos que levar em consideração alguns aspectos que precisam ser repensados para oferecer uma educação significativa a esses indivíduos como: aspectos

ligados à metodologia de ensino no contexto da classe regular, nível e intensidade dos apoios, recursos de ensino e adequações curriculares individuais<sup>6</sup>.

Iremos nos ater ao aspecto da adequação curricular, pois o currículo é o guia da educação escolar dos sujeitos, é o que diz a direção a seguir no processo de ensino e aprendizagem. Se o currículo for repensado, outros elementos terão que ser repensado também. Esse instrumento norteador da aprendizagem é construído de forma coletiva por toda equipe escolar, deve ser flexível para atender as diversidades do contexto escolar, no qual está sendo implantado. Conforme Rodrigues (2013, p.72): “As adaptações devem acontecer em três níveis: no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar); no currículo desenvolvido na sala de aula; no nível individual”. Mas, não é só currículo escolar que passa por adequações para poder incluir e atender às necessidades de pessoas com deficiências, vários elementos que compõe a escola precisam passar por esse processo adaptação, elementos que vão da estrutura física, pedagógica, profissional e pessoal.

Como neste trabalho estamos discutindo a educação escolar da pessoa SD, será que é preciso alterar (adequar) o currículo para favorecer a educação desses alunos? Oliveira (2008), acredita e defende a ideia de se fazer adequações no currículo para dar respostas às necessidades educacionais dos alunos com DI, mesmo sabendo que há contradições sobre a ideia da adequação curricular nos sistemas de ensino, essa autora acredita que é uma necessidade adequar o currículo para poder incluir os sujeitos.

[...]entendemos que é uma estratégia para atender às necessidades educacionais especiais desses alunos, os quais, pela condição da deficiência intelectual, quanto mais avançam na escolarização, mais se distanciam das propostas curriculares que vão se tornado cada vez mais complexas, hipotéticas e intuitivas, portanto, cada vez mais irá se evidenciando a necessidade de realizar adequações para o acompanhamento de seu processo de escolarização (OLIVEIRA ,2008, p.137).

É pensando em oferecer uma educação de qualidade a essas pessoas, que temos que repensar e reformular a proposta curricular e seus componentes, para que possamos atender às demandas da educação delas, no entanto, não estamos falando em distanciar as mesmas do currículo regular ou criar um currículo diferente. Porém, ainda há alunos com SD que vão para escola muito tarde, principalmente as que moram em zona rural, por causa do excesso de cuidados da família e pela ausência de credibilidade da capacidade desses sujeitos aprenderem, chegando a se matricular em uma turma que não acompanha a proposta

---

<sup>6</sup> Definir e documentar as necessidades específicas do aluno com deficiência intelectual, com base no referencial curricular da série em que está matriculado, relacionado aos: conteúdos e objetivos; procedimentos de ensino; avaliação e níveis de apoio pedagógico especializado(OLIVEIRA,2008,p.136).

curricular, por muitas das vezes não ter passado pela etapa anterior, acaba ficando em um contexto de distorção de idade /série muitas das vezes. Esses fatores também são barreiras que impedem sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem em sua turma de origem de acordo com sua faixa etária. Na visão da educação inclusiva, as adequações na proposta curricular de acordo com Brasil (1998, p.59 apud, RODRIGUES,2013, p.71), são:

[...] medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e, somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização (BRASIL, 1998, p.59, apud RODRIGUES, 2013, p. 71).

A escola e todos profissionais ligados diretamente ao trabalho pedagógico são responsáveis pela reorganização ou criação de uma proposta curricular adequada às necessidades dos alunos com DI. Para Oliveira e Leite (2000, p.15-16), podem ser em três níveis organizacionais:

*Adequações curriculares de escola:* são adaptações que se realizam nos diferentes elementos do projeto pedagógico desenvolvido pela equipe da escola para atender às necessidades educacionais especiais [...] *Adequações curriculares de aula:* conjunto de ajuste nos elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino e aprendizagem e a interação do aluno com necessidade educacional especial na dinâmica da sala de aula [...] *Adequações curriculares individuais:* só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativo abaixo do esperado pela sua idade. (OLIVEIRA e LEITE, 2000, p.15-16, apud OLIVEIRA, 2008, p.141).

Com base em Oliveira (2008) essas adequações curriculares podem ocorrer de dois tipos em grande porte e em pequeno porte, a autora classifica em: Adequações Curriculares de Grande Porte<sup>7</sup> e Adequações Curriculares de Pequeno Porte<sup>8</sup>. Conforme a autora, há duas adequações básicas no que se refere ao currículo, para possibilitar os alunos ao acesso à uma educação de qualidade. São as Adequações de acesso ao currículo e as Adequações nos elementos curriculares se refere aos objetivos, conteúdos, metodologias, atividades e avaliação, ocorrendo ambas, grande porte e em pequeno porte.

A autora se baseia em Aranha (2000 a) para definir as adequações dos fatores de acesso ao currículo e dos elementos curriculares que passam por adequações para atender

<sup>7</sup> Adequações Curriculares de Grande Porte - cujas ações são de competências e atribuições das instâncias político – administrativas e dos sistemas de ensino de âmbitos: municipal, estadual ou federal (OLIVEIRA, 2008, p.140).

<sup>8</sup> Adequações Curriculares de Pequeno Porte – compreendem modificações menores, de competências específico do professor, uma vez que se concentram em ajustes no contexto da sala de aula (OLIVEIRA, 2008, p.140).

alunos com DI no ensino regular, ocorrendo dentro nas duas classificações de adequação citada acima, os elementos do currículo são: os objetivos, os conteúdos, método de ensino e organização didática, sistema de avaliação, temporalidade. A LDBEN no art.59, inciso I e II. Assegura algumas organizações em alguns elementos específicos, para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência quando afirma:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específicas para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (LDBEN,2016, p.19).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, revelou que as fragilidades no trabalho pedagógico dos professores da sala regular de ensino, tem como causa primaria a falta de qualificação desse profissional para construção de uma educação de qualidade na perspectiva inclusiva. Esses alunos vêm se arrastando ao logo dos anos, sem ter uma proposta pedagógica sistemática que favoreça o processo de alfabetização e letramento. Diante das observações realizadas no contexto das escolas pesquisadas, percebemos algumas dificuldades no cotidiano das turmas, tivemos a preocupação de listar algumas, com o intuito de refletirmos e tentar entender o contexto educacional, que estão inseridos os alunos com síndrome de Down e com outras deficiências nestas instituições de ensino. Pontuamos as seguintes problemáticas: Ausência de planejamento para o trabalho com o aluno com SD; Resistência do professor a mudanças para o trabalho com o aluno com SD; Infantilização das atividades.

Dos quatro alunos observados na pesquisa, três estão com distorção idade/série e os quatro não acompanham o currículo da turma em que estão matriculados, não são alfabetizados, três são repetentes do 5º ano. Não há uma proposta curricular adequada à realidade escolar desses alunos, a proposta pedagógica direcionada à turma se distanciava muito do contexto cognitivo dos alunos com SD, e as práticas pedagógicas direcionadas a eles se distanciavam do contexto cognitivo também, por não favorecer a aprendizagem, sendo atividade meramente mecânica, sem contextualização do conhecimento, pautada em atividades infantilizadas, fugindo da real necessidade de aprendizagem .

Acredita-se que com base em cada contexto dos indivíduos, após as tentativas de reorganização curricular e em outros elementos considerados barreiras para o avanço na

aprendizagem. É conveniente se pensar na possibilidade de uma organização curricular do ensino regular, individual para cada sujeito, com base no currículo comum, mas de uma turma que os mesmos consigam acompanhar e aprender os conteúdos propostos. Mesmo estando matriculado em uma turma que está de acordo ou se aproxima de sua faixa etária, o intuito não é afastar esses sujeitos do convívio e da integração com seus pares. É preciso um trabalho coletivo dos profissionais ligados diretamente ao trabalho pedagógico da escola, para ver em que área do conhecimento será mais necessário um trabalho de adequação mais elaborada, com foco no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com SD. Cremos que a elaboração de plano de desenvolvimento individual quando necessário, é mais proveitoso para aprendizagem desses alunos, que o currículo com adaptações da turma que o aluno está matriculado, em um contexto de distorção de idade / série. O pensamento aqui discutido não é só a convivência no espaço escolar, mas a aprendizagem significativa.

A falta de planejamento para o trabalho com os alunos com síndrome de Down, esse fator também contribui para o fracasso escolar desses alunos, comprometendo seu desenvolvimento como um todo. Não conseguimos ver nenhum planejamento sistematizado dos entrevistados, as atividades dos alunos com SD eram elaboradas na hora da aula quando era no caderno e muitas das vezes também era selecionada na hora da aula para tirar xerox da atividade, onde a maioria das vezes eram atividades de desenhos para pintar, sem nenhuma contextualização. E quando era no caderno, eram exercícios repetitivos e mecânicos de cobrir e copiar determinada letra, os professores alegavam que estava trabalhando a coordenação motora. Não condenamos esse tipo de atividade, mas sim, a frequência que ela é usada sem uma contextualização do conteúdo explorado neste tipo de exercício. É uma atividade muito mecânica para ser usada com frequência e sem contextualização, pois soa muito forte mecanicamente o enunciado: “Cubra as vogais e copie”, isso não favorece uma aprendizagem significativa para esses alunos, há outras formas de se abordar esses conteúdos e com outras atividades que desenvolva a coordenação motora, que é uma das maiores preocupações dos entrevistados, percebemos o uso frequente atividade de pintura de desenho e de desenhar, no entanto, sem contextualização.

Em momento algum vimos atividade de recorte e colagem, consciência fonológica, análise linguística com os alunos com SD. Não pretendemos citar o contexto do trabalho desenvolvido com os alunos sem deficiências. Sabemos que o professor tem suas atribuições pautadas nas leis, no entanto, é bom ressaltar que essas atribuições também devem ser direcionadas para os alunos com deficiências, são alunos como qualquer outro.

Por falta de planejamento, foi observando que não há um acompanhamento constante no desenvolvimento desses alunos, por parte do professor do ensino regular. Durante a pesquisa não foi apresentado nenhum registro do desenvolvimento desses alunos, quando os entrevistados foram questionados em qual “nível” de turma estaria esses alunos, eles se baseavam na observação que faziam no dia a dia, a maioria disse que os alunos estavam a nível de turma da educação infantil, pré-escolar I e II, só um entrevistado disse que seu aluno estava a nível de 1º ano fundamental. No entanto, as atividades eram muito infantis, porém poderia ir mais adiante no que se refere as atividades para abordar os conteúdos propostos, é preciso rever essa questão da elaboração ou seleção das atividades para esses alunos, para não infantilizar, subestimando a capacidade desses sujeitos da aprendizagem. E também é preciso rever a questão da interação do professor / aluno com SD/ aluno sem SD, para não infantilizar essa relação e interação, alguns desses alunos com SD não são mais bebês, os sujeitos dessa pesquisa são: uma criança de 9 anos, uma adolescente de 14 anos, uma adulta de 23 anos e um adulto de 20 anos. Então não há necessidade nenhuma de infantilizar o mundo deles, pois devem ser tratados de acordo com pessoas da sua faixa etária, respeitando as particularidades que eles trazem consigo.

Para elaboração da referida proposta de intervenção, tomamos como base as dificuldades no processo de alfabetização e letramento em português e matemática dos alunos com SD. Realizamos a intervenção com foco em leitura e a escrita nas disciplinas de português e matemática, com o objetivo de contribuir para avanço da aprendizagem desses alunos, instigando os sujeitos a interagir no campo da leitura, escrita e do cálculo matemático. Essa proposta consistiu em organizar um caderno de atividades de alfabetização para os alunos com SD e orientar os professores nas possibilidades de trabalho com outros recursos. O objetivo não é de fazer o extraordinário acontecer junto aos professores, mas mostrar que há possibilidades de realizar um trabalho pedagógico que favoreça o processo de alfabetização desses alunos.

Na referida pesquisa, conseguimos organizar os cadernos de atividades para todos os alunos e professores das turmas pesquisadas, orientamos os professores pesquisados no que se refere reorganização das salas e práticas pedagógicas inclusivas para favorecer a inclusão dos alunos SD.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que não é fácil direcionar um trabalho pedagógico para pessoas com deficiências, mas fechar os olhos, cruzar os braços diante do contexto e entregar esses

indivíduos a sorte, no mundo socialmente perverso e preconceituoso, só vai piorar a vida deles. Se olharmos por outros ângulos, perceberemos que há possibilidades de se fazer um bom trabalho com eles, não estamos à procura de fazer o extraordinário acontecer na vida deles, mas de fazer o melhor que possamos, para que avancem o máximo que podem, tornando – os visíveis dentro do contexto escolar em uma perspectiva ampla de inclusão. É preciso mudarmos o olhar para educação das pessoas com deficiências, se não houver adequação dos contextos que favorecem a aprendizagem, nunca haverá a inclusão.

Para que haja adequações de acesso ao currículo e nos elementos curriculares de pequeno porte, cuja atribuição é do professor do ensino regular, é necessário que este esteja capacitado para realizar – lá, sabendo o que e como adequar. É imprescindível que tenham os conhecimentos básicos para realizar as adaptações necessária, oferecendo uma educação significativa e de qualidade ao sujeito com deficiência.

As práticas pedagógicas direcionadas as pessoas com deficiências têm que ir ao encontro das particularidades das mesmas, utilizando-se de didática, recursos, conteúdos, tempo, espaço, estratégias de forma adequada a todo o contexto escolar ao qual as pessoas com deficiência estão inseridas. A educação para pessoas com deficiência e sem deficiência tem o mesmo objetivo, mas para alcançar esses objetivos será preciso traçar caminhos diferentes para promover as aprendizagens e inteligências das pessoas com deficiência, respeitando as particularidades de desenvolvimento de cada um.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto de lei 9.394, de dezembro de 1996. Diário Oficial – 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2016.

FREITAS, Suzana Rossi Pereira Chaves. **O Processo de Ensino e Aprendizagem: A importância da didática**. Realize, 2016. Disponível em: [https:// editorarealize. com. br/ ... /TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA8\\_ID857\\_290820161...](https://editorarealize.com.br/.../TRABALHO_EV057_MD1_SA8_ID857_290820161...) Acessado em 30 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Adequações curriculares na área de deficiência intelectual: Algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A; OMOTE, S; GIROTO, C. (org). In: **Inclusão escolar: as atribuições da educação especial**. São Paulo: cultura acadêmica ed. Marília: Fundepe editora ,2008.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Pessoas com síndrome de Down: uma reflexão para pais e professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.